

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
7ª Vara da Fazenda Pública do DF
Fórum VERDE, 4º andar, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF - CEP:
70620-000
Telefone: ()
Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

Número do processo: 0705651-82.2019.8.07.0018

Classe judicial: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

Polo ativo: AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA

Polo passivo: DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP;

Nome: DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

Endereço: SIA Setor de Áreas Públicas, Lote B, Zona Industrial (Guzará), BRASÍLIA - DF - CEP: 71215-000

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA COM FORÇA DE MANDADO

Vistos etc.

1. Recebo a emenda à inicial de ID 36430375. Anote-se, retifique-se o valor da causa para R\$ 1.430.280,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil e duzentos e oitenta reais) e inclua-se no polo passivo a litisconsorte necessária, RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA-ME.

2. Trata-se de *mandado de segurança*, com pedido de liminar, impetrado por AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA-ME contra ato que imputa ao Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP e, como litisconsorte passiva necessária, RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA-ME.

Esclarece que atacar ato do Pregoeiro do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, responsável pelo ato de desclassificação da Impetrante, referente ao Registro de Preços objetivando a eventual contratação de empresa especializada para desenvolver estudos, apresentando o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) – Etapa detalhada e Análise de Risco (à Saúde humana), conforme a Instrução normativa IBRAM nº 213/2013, e Série de Normas





07/06/2019

Número: 0705651-82.2019.8.07.0018

Documentos			
Id	Data de Assinatura	Documento	Tipo
36652094	07/06/2019 20:07	Notificação	Notificação

ABNT-NBR 15.515 — 3, a Resolução CONAMA nº 420/2009 e a Decisão de Diretoria CETESB/SP nº 038/2017/C, de 07 de fevereiro de 2017, bem como outras normativas, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos.

Sustenta que foi desclassificada por que deixou de atender o item 7.2.1 — inciso VII do Edital (apresentou a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica — CREA, sem validade, uma vez que a empresa AMBIENTAL TE OL CONSULTORIA EIRELI, promoveu Alteração Contratual modificando o formato jurídico da empresa de Sociedade Empresária (LTDA) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), sem que a alteração fosse devidamente averbada no CREA/GO).

Postula pela concessão da tutela de urgência, visando suspensão dos efeitos da decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

É a síntese do necessário.

DECIDO.

A liminar em sede de mandado de segurança tem seus requisitos regulados pelo art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009. Referida norma estatui que, ao despachar a inicial, o juiz ordenará que *“se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica”*.

Na hipótese dos autos, não denoto a presença dos requisitos necessários à concessão da liminar, notadamente porque os argumentos contidos na inicial do mandado de segurança não denotam a presença de “fundamento relevante”.

Com efeito, a impetrante insurge-se contra ato administrativo que deixou de atender o item 7.2.1 — inciso VII do Edital (apresentou a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica — CREA, sem validade, uma vez que a empresa AMBIENTAL TE OL CONSULTORIA EIRELI, promoveu Alteração Contratual modificando o formato jurídico da empresa de Sociedade Empresária (LTDA) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), sem que a alteração fosse devidamente averbada no CREA/GO).

Como se sabe, o procedimento licitatório é formal, sendo regido pelas normas edilícias, que é a lei interna do certame.

Assim, não vislumbro qualquer ilegalidade ou nulidade no ato de desclassificação da impetrante, pois a exigência consta expressamente do Edital.

Note-se que referida exigência editalícia é razoável e proporcional ao objeto do futuro contrato, razão pela qual não há que se falar em ofensa ao princípio da competitividade.

Assim, não se vislumbra qualquer ilegalidade do ato impugnado.

À vista do exposto, **INDEFIRO** a medida liminar.

3. Notifique-se a autoridade impetrada para que preste as pertinentes informações, no prazo de 10 (dez) dias.

Cite-se a litisconsorte passiva necessária, **RAIZ CONSULTORIA JURIDICA E AMBIENTAL LTDA-ME**, para, querendo, apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias.

4. Dê-se ciência do presente feito à NOVACAP, para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, à luz do art. 7º, inc. II, da Lei nº 12.016/2009.

5. Após, colha-se o parecer do Ministério Público.



6. Tudo feito, venham os autos conclusos para sentença.

CONFIRO À DECISÃO FORÇA DE MANDADO.

BRASÍLIA, DF, 6 de junho de 2019 18:03:17.

PAULO AFONSO CAVICHIOLI CARMONA

Juiz de Direito

Os documentos do processo, cujas chaves de acesso seguem abaixo, estão disponíveis nos sites <https://pje.tjdft.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, www.tjdft.jus.br (aba lateral direita "Advogados" > "Processo Eletrônico - PJe" > "Autenticação" > "1ª Instância") ou www.tjdft.jus.br (aba lateral direita "Cidadãos" > "Autenticação de Documentos" > "Processo Judicial Eletrônico - PJe" > "Documentos emitidos no PJe - 1º Grau"), observadas as orientações contidas no site www.tjdft.jus.br/pje.

Documentos associados ao processo

ID	Título	Tipo	Chave de acesso**
35975040	Petição Inicial	Petição Inicial	19053115575096800000034444420
35975343	Petição Inicial - Mandado de Segurança - Ambiental - NOVACAP	Petição	19053115575127800000034444706
35975440	Doc 01 - Guia Inicial	Guia	19053115575166200000034444800
35975480	Doc 02 - Procuração	Procuração/Substabelecimento	19053115575182000000034444839
35976262	Doc 03 - Contrato Social	Contrato social	19053115575197600000034445583
35976435	Doc 04 - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral	Documento de Comprovação	19053115575222300000034445754
35976498	Doc 05 - Docs Pessoais Paulo Ernesto	Documento de Identificação	19053115575236600000034445813
35976558	Doc 06 - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico 017-2019	Documento de Comprovação	19053115575251100000034445872
35976607	Doc 07 - Ato Impugnado - Relatório de Recurso	Documento de Comprovação	19053115575287700000034445920
35977006	Doc 08 - Regulamento de Licitações e Contratos - NOVACAP	Documento de Comprovação	19053115575299100000034446297
	Doc 09 - Relatório de		



35976731 Auditoria - CGE GDF	Documento de Comprovação	19053115575348700000034446038
35979233 Certidão	Certidão	19053116254474800000034448400
36013247 Decisão	Decisão	19053116405524800000034454639
36013247 Decisão	Decisão	19053116405524800000034454639
36312836 Emenda a Inicial	Petição	19060512210360400000034768756
36312846 Emenda a Inicial	Petição	19060512210369700000034768765
36312864 Guia Inicial Complementar	Guia	19060512210389300000034768780
36312882 Comprovante de Pagamento - Guia Complementar	Comprovante de Pagamento de Custas	19060512210400900000034768795
36430338 Emenda a Inicial	Petição	19060611113226400000034881410
36430375 Emenda a Inicial	Petição	19060611113241400000034881446
36430401 Guia Inicial Complementar	Guia	19060611113256100000034881470
36430413 Guia Inicial Complementar - Comprovante	Comprovante de Pagamento de Custas	19060611113272000000034881482





MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**AO JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.**

AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, Inscrição Municipal n. 251.467-2, com sede no endereço Rua T-45, n. 80, 2. Andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) com n. 07.819.027/0001-50, neste ato representado por **PAULO CESAR ERNESTO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) com n. 232.810.141-00, e portador da C/RG com n. 1140484 (DGPC/GO), residente e domiciliado à Rua T-28, n. 397, apto 404, Setor Bueno, Goiânia/GO, por seu advogado regularmente constituído, com escritório profissional sito na Avenida T-4, n. 619, sala 808/809, Setor Bueno, CEP 74230-035, Goiânia-GO, onde recebe as intimações de praxe, vem, com o costumeiro respeito, com fundamento no art. 5º, LXIX da Constituição Federal, art. 26, III, Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 (Lei da Organização Judiciária do Distrito Federal) e na Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

contra ato do Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, podendo ser encontrado no Setor de Áreas Públicas - Lote B - CEP: 71.215-000 Telefone: 3403-2300, e como litisconsorte necessário **RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA-ME**, podendo ser encontrada na Rua Santos Dumont, 1515, Lídice, Uberlândia/MG, com base nos fatos e fundamentos a seguir demonstrados,



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

I - DOS FATOS E DA ADEQUAÇÃO LEGAL

1. Da autoridade e do ato coator.

O presente Mandado de Segurança se origina para atacar ato do Pregoeiro do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, responsável pelo ato de desclassificação da impetrante.

A autoridade coatora é o Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, nos termos de entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

Mandado de Segurança. Licitação. Fase de habilitação. Encerramento. Ilegitimidade. Perda do objeto. 1 - O mandado de segurança, que discute inabilitação da agravada, deve ter como autoridade coatora quem compete a homologação do resultado e adjudicação ao licitante vencedor, e não o pregoeiro, cujas atribuições cessam com o encerramento do certame. (...) (Acórdão n.963567, 20160020212015AGI, Relator: JAIR SOARES 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 31/08/2016, Publicado no DJE: 06/09/2016. Pág.: 329/352)

Ato coator: Decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

Resta demonstrada, assim, a autoridade coatora nos termos do art. 6º da Lei n. 12.016/2009.

Ainda nos termos do art. 6º, da Lei n. 12.016/2009, a pessoa jurídica a qual integra a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP é o DISTRITO FEDERAL, representada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), sito à SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, DF, 70620-000.

2. Da ausência de resolução de demandas repetitivas.

À luz do que dispõe o art. 976 do Código de Processo Civil, vale afirmar a este juízo que o caso em tela não se trata de uma demanda repetitiva, nem configura um risco de ofensa à isonomia e nem à segurança jurídica.

3. Da competência.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

A competência para julgar o presente caso é da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme apregoa a Lei da Organização Judiciária do Distrito Federal, visto que a autoridade coatora é Diretor Presidente de entidade descentralizada.

Diz a referida Lei:

Art. 26. Compete ao Juiz da Vara da Fazenda Pública processar e julgar:

(...)

III – os mandados de segurança contra atos de autoridade do Governo do Distrito Federal e de sua administração descentralizada.;

4. Do cabimento e da tempestividade.

Nos termos do art. 5º, LXIX, a Constituição Federal assegura ao cidadão que sofra lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo em virtude de ilegalidade ou abuso de poder por ato ou omissão de autoridade pública a via jurisdicional do mandado de segurança, direito público e subjetivo de levar ao Judiciário o justo reclame pela restauração da legalidade na administração do Interesse público.

A Lei n. 12.016/2009 diz em seu art. 23:

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Conforme demonstra a documentação anexada aos presentes autos, a decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, foi publicada no dia 24 de maio de 2019, estando, portanto, dentro do prazo previsto para o ajuizamento do presente Mandado de Segurança.

O termo inicial do prazo de decadência para Impetração de mandado de segurança contra atos referentes a procedimentos licitatórios é a data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ATO COATOR - TERMO INICIAL - REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO IMPUGNADO - DECADÊNCIA.
Nos termos do art. 23 da Lei 12.016/09, resta configurada a decadência quando decorridos mais de 120 (cento e



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

vinte) dias entre a data da republicação do edital impugnado e a impetração do mandado de segurança. (Acórdão n.393843, 20070111509399APC, Relator: SÉRGIO BITTENCOURT, Revisor FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 11/11/2009, Publicado no DJE: 27/11/2009. Pág.: 286)

Ainda, a presente demanda não é atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público (art. 1º, §2º da Lei n. 12.016/09), e não se trata de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial transitada em julgado, nos termos do art. 5º da referida Lei.

5. Da descrição do ato coator e dos fundamentos jurídicos.

O presente Mandado de Segurança busca restaurar a ordem jurídica, contra fato indigitado como ilegal praticado pelo Pregoeiro do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

Diz o referido ato ora impugnado:

Isto posto, O Pregoeiro e Equipe de Apoio, decidiram considerar desclassificado a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, para considerar a 3ª empresa arrematante RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA - ME, fazendo este procedimento no sítio do Banco do Brasil — "Licitações-e", após o conhecimento da ASCALPRES

O referido pregão refere-se a Registro de Preços objetivando a eventual contratação de empresa especializada para desenvolver estudos, apresentando o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) - Etapa detalhada e Análise de Risco (à Saúde humana), conforme a Instrução normativa IBRAM nº 213/2013, a Série de Normas ABNT-NBR 15 515 — 3, a Resolução CONAMA nº 420/2009 e a Decisão de Diretoria CETESB/SP n. 038/2017/C, de 07 de fevereiro de 2017, bem como outras normativas, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos (Anexo 1 do Edital).

Em 09 de maio de 2019, a impetrante AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA — EIRELI foi considerada arrematante do referido certame.



**MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS**

Verificada a aceitabilidade da documentação e proposta de preços da Impetrante, o Pregoeiro declarou a Autora como vencedora do certame, com o valor total de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Declarada a vencedora, abriu-se o prazo de Recurso Administrativo, na forma prevista no Instrumento Convocatório.

A empresa INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL apresentou Recurso Administrativo contra a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que declarou a Impetrante como vencedora do certame.

O recurso administrativo pretendeu que fosse reformulada a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que declarou vencedora do certame a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI.

Após análise do Recurso Administrativo, o Pregoeiro e Equipe de Apoio decidiram pelo provimento do mesmo, apresentado pela INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL, por entender que a Impetrante deixou de atender o item 7.2.1 — Inciso VII do Edital (apresentou a Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica — CREA, sem validade, uma vez que a empresa AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, promoveu Alteração Contratual modificando o formato jurídico da empresa de Sociedade Empresária (LTDA) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), sem que a alteração fosse devidamente averbada no CREA/GO).

Isto posto, O Pregoeiro e Equipe de Apoio, decidiram considerar desclassificado a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, para considerar a empresa RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA — ME como declarada vencedora, fazendo este procedimento no sítio do Banco do Brasil — "Licitações-e", após o conhecimento da ASCAL/PRES.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firmado que a exigência de Certificado de quitação da empresa e do responsável técnico emitido por entidade de fiscalização configuram restrição ao caráter competitivo do certame licitatório (TC-034.489/2015-0).

Caracterizado como violação ao caráter competitivo do certame, não existe justificar a manter a presença de cláusulas restritivas à participação da Autora, na forma do Item 7.2.1, VII, do Edital ora discutido.

A exigência de apresentação da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica — CREA, em plena validade, onde conste como Responsáveis Técnicos um Engenheiro Ambiental e um Geólogo, exigiria, implicitamente, que a empresa possuisse o profissional em seus quadros permanentes, pois impõe a contratação dos profissionais antes mesmo da realização da licitação (Tribunal de Contas da União - Acórdão 2.299/2011 — Plenário).

Nas palavras do Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, relator do procedimento acima citado, tal exigência, que inibiria a participação de possíveis



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

interessados, não se coadunaria com a jurisprudência daquele Tribunal. Ainda de acordo com o relator, 'o interesse é que o engenheiro esteja disponível para desempenhar seus serviços, de modo permanente, durante a execução do contrato'.

De tamanha é a importância deste entendimento, que as cortes de contas tem atribuído à esta exigência uma natureza de ônus desnecessário às licitantes e restrição injustificada à competitividade do certame (Acórdãos nos 2028/2006-TCU-1ª Câmara e 874/2007-TCU-Plenário).

No que diz respeito a exigência de comprovação da adimplência junto ao conselho de fiscalização profissional, o entendimento do Tribunal de Contas da União é o de que é ilegal essa exigência.

Em primeiro lugar, na medida em que não há previsão na Lei 8.666/1993 para tal imposição, mas tão somente para o registro ou inscrição no conselho profissional.

O Edital de Licitação informa na página 03 que o referido certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelos Decretos Federais nºs. 5.450/2005 e 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pelos Decretos do Distrito Federal nº 23.460, de 16 de dezembro de 2002, publicado no DODF nº 242, de 17 de dezembro de 2002, 26.851/2006, nº 27.069/2006 e suas alterações e Decreto nº 39.103 de 06 de junho de 2018, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016.

Cumprе ressaltar que nenhuma destas normas faz referência à referida exigência.

Tampouco o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap se refere a esta exigência.

Em segundo lugar, na medida em que a finalidade da determinação legal de exigir o registro ou inscrição no conselho profissional é garantir que se contrate somente empresas ou profissionais aptos a executar o objeto licitado, e o pagamento das contribuições junto às entidades profissionais, não interfere na aptidão da futura contratada, sendo irrelevante para a Administração estar ou não a sociedade empresária ou seus profissionais quites com o respectivo conselho de classe.

Nesse sentido, demonstramos as decisões do Tribunal de Contas da União:

Decisão 1.025/2001 – Plenário: determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que deixe de incluir, nos atos convocatórios da licitação, cláusulas restritivas ao caráter competitivo dos certames, a exemplo da exigência de quitação perante a entidade profissional competente, atendo-se apenas à documentação indicada



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

nos arts. 28, 29, 30 e 31 da Lei 8.666/93;

Acórdão 1.708/2003 – Plenário: determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) (...) suprimir a exigência de cópia da quitação da última anuidade junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), prevista no item 4.1.4, alínea 'a', do edital, a qual se encontra em desacordo com o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93;

Acórdão 1.314/2005 – Plenário: determinar à Superintendência Regional da Receita Federal - 7ª Região Fiscal que (...) deixe de incluir, nos atos convocatórios de futuras licitações, cláusulas que exijam a comprovação de quitação de anuidade junto ao Crea, ante o disposto no art. 30, I, da Lei 8.666/93.

E tal característica de violação ao princípio da competitividade é tão nítida que, de acordo com o que se extrai da ata da sessão de julgamento do referido Pregão, a vencedora foi declarada vencedora com a proposta no valor de R\$ 1.115.000,00, valor R\$ 15.000,00 acima da proposta da Autora.

A circunstância de o certame - ao final - contar com proposta acima do valor vencedor, demonstra que a presunção de restrição, fruto das exigências acima referenciadas, efetivamente se materializou, caracterizando que o certame licitatório não produziu qualquer vantagem para a Administração.

E este é o mesmo entendimento da Controladoria-Geral do Governo do Distrito Federal, evidenciando a restrição à competitividade do certame ferindo os princípios da vantagem e da isonomia da licitação pública, nos termos do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 15/2014 – DIROH/CONIE/CONT/STC, página 34:

163. A exigência de que os profissionais devam pertencer, previamente ao certame, aos quadros da licitante é indevida e padece de amparo legal, pois frustram a competitividade por obrigar as licitantes a manter em seus quadros profissionais renomados apenas com a finalidade de participar do processo licitatório. Assim, não é correto exigir a comprovação de vínculo permanente, ou que os profissionais figurem, obrigatoriamente, na "Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica", visto que, somente são listados na referida certidão os profissionais que mantêm vínculo permanente com a empresa, sócios



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ou empregados, a época da emissão da certidão. Ou seja, está se exigindo que os detentores dos atestados pertençam aos quadros das licitantes previamente a licitação.

164. Essa exigência vai de encontro à jurisprudência das cortes de contas, que entendem ser possível a apresentação de contrato de prestação de serviços no qual um profissional com a capacidade técnica necessária se comprometa a executar o serviço pela licitante caso essa seja vencedora do certame. Nesse sentido, Decisão no 4.074/2009, TCDF

item II 2.c, in verbis:

[...]

II – Determinar à Secretária de Estado de Transportes que, observando a regra insculpida no art. 21, § 4º, da Lei no 8.666/1993, promova as seguintes modificações no Edital de Concorrência no 01/2009 – ST/DF e encaminhe cópia desse instrumento a esta Corte, com as alterações efetuadas:

[...]

c) reescrever o subitem 10.4.4 do edital de forma a permitir a comprovação do vínculo dos profissionais de nível superior também por contrato de prestação de serviços, típico da legislação civil, não restringido ao quadro permanente da empresa;

Cita-se ainda no âmbito do processo 41.364/09 TCDF em duto voto a presidente da Corte de Contas, Anilcéia Machado, decidiu em caráter liminar:

b) reformule a redação dos seguintes subitens 3.4.3.1, 3.4.3.2, 3.4.3.3, e Anexo I do edital de forma que:

[...]

b.2) a comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos, também, possa ocorrer por outras formas, não ficando restrita, somente, aos que mantêm vínculo empregatício ou de sociedade com a licitante vencedora, a exemplo do expresso na Decisão nº 4.074/09;

[...]



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**Dos argumentos do recurso administrativo
apresentado pela Impetrante junto à NOVACAP.**

No caso concreto, a Certidão do CREA se destina a comprovar a qualificação técnica, ao que se acresce que todos os demais requisitos exigidos pelo edital foram cumpridos pela Impetrante, revelando-se, não só destituído de razoabilidade, como também, contrário ao princípio e à finalidade da licitação, a alegação de irregularidade neste quesito, repetimos, no caso *in concreto*, devido a complexidade do referido objeto.

Nesse ponto em específico, deve-se registrar que o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93 estabelece que é vedado aos agentes públicos admitir condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e/ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. E, é óbvio, que o registro da razão social de uma empresa em nada repercute para execução de eventual contrato.

Observa-se que na prática, os órgãos de controle, seja do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário vem corroborando a orientação doutrinária no sentido de sustentar que os princípios norteadores da Lei de Licitações e esculpidos no art. 3º de referida norma, devem ser interpretados de forma harmônica, à luz do princípio da razoabilidade visando o atendimento do objetivo da licitação e, consequentemente, do interesse público, senão vejamos:

Acórdão n.º 351/2010-Plenário, TC-029.112/2009-9, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010. Princípio da vinculação ao instrumento convocatório x princípio do formalismo moderado Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Internacional n.º 004/2009, promovida pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) com vistas à contratação de serviços de fornecimento de oito Veículos Leves Sobre Trilhos - VLTs, para a Superintendência de Trens Urbanos de Macaé. Após terem sido considerados habilitados os dois participantes do certame (um consórcio e uma empresa), o consórcio interpôs recurso, por entender que a empresa teria descumprido a exigência editalícia quanto ao registro ou inscrição na entidade profissional competente, ao apresentar "Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica", emitida pelo CREA/CE, inválida, "pois contém informações desatualizadas da licitante, no que concerne ao capital e ao objeto social". Após examinar as contrarrazões da empresa, a comissão de licitação da CBTU decidiu manter a sua habilitação, sob o fundamento



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

de que a certidão do CREA "não tem o fito de comprovação de capital social ou do objeto da empresa licitante, o que é realizado mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial". Para o representante (consórcio), o procedimento adotado teria violado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois a comissão de licitação habilitara proponente que "apresentou documento técnico em desacordo com as normas reguladoras da profissão, sendo, portanto, inválido, não tendo o condão de produzir qualquer efeito no mundo jurídico". Colatando o teor da certidão emitida pelo CREA/CE em favor da empresa habilitada, expedida em 05/03/2009, com as informações que constavam na "18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social" da aludida empresa, datada de 30/07/2009, constatou o relator que, de fato, "há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto". No que tange ao capital social, "houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00", e no tocante ao objeto, "foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação".

É evidente que, embora tais modificações não tenham sido objeto de nova certidão, sena de rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da empresa no CREA, entidade profissional competente, nos termos exigidos no edital e no art. 30, I, da Lei n. 8.666/93.

E não poderia ser outro o entendimento, na medida em que tais modificações "evidenciam apenas alteração com a saída de um sócio e a necessária readequação da forma societária. Neste sentido, Acórdão n.º 352/2010- Plenário, TC-029.610/2009-1, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010.

Os mais recentes julgados da Corte de Contas Federal, tem se posicionado reiteradamente que a modalidade pregão do tipo eletrônico visa a melhor proposta e desliga-se do formalismo e rigores comuns as modalidades tradicionais da Lei n. 8666/93 como busca de prestigiar outros princípios, no caso concreto, o da verdade material.

Nas palavras da Prof. Odete Medauar

"O princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de rito e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo" (in Direito Administrativo Moderno. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 203).

Nesta linha, o Tribunal de Contas da União:

TC-029.610/2009-1 Natureza: Representação Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. Representante: Consórcio Trends – CMC.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM CERTAME CONDUZIDO PELA COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS. CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS – VLTS. INSUBSISTÊNCIA DAS FALHAS APONTADAS. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS

***4. ANÁLISE DO PEDIDO**

4.1 Conforme estabelece o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

4.2 Consoante apontado pela Representante, comparando-se o teor da certidão do Crea/CE para a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 05/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que, efetivamente, há divergências nos dados referentes ao capital social e objeto.

4.3 Em relação ao capital social, a certidão do Crea/CE registra o valor de R\$ 4.644.000,00, enquanto no Contrato Social da Bom Tempo o valor desse mesmo item subiu para R\$ 9.000.000,00, em razão da alteração verificada posteriormente.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

4.4 No tocante ao segundo ponto, também há diferenças, principalmente porque, no Contrato Social da supramencionada empresa, foi acrescentado, no campo referente ao objeto, o seguinte trecho: "fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como, sua manutenção, assistência técnica e também a sua operação".

4.5 Consideramos, contudo, que esse fato não poderia ensejar a desclassificação da empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda., visto que, em relação à questão suscitada pela Representante, o edital da Concorrência Internacional n. 004/2009-Delic-AC/CBTU (fls. 202/226) limitou-se a exigir dos interessados, no seu subitem 6.4.1, o registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme prevê o disposto no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993.

4.6 Ocorre que, não obstante a observação contida na certidão do Crea/CE apresentada pela Bom Sinal, quanto à perda de sua validade caso ocorresse qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, tal documento deixa patente o registro da licitante na entidade profissional competente, conforme exigência prevista no edital e na Lei n. 8.666/1993.

4.7 Assim, apesar do procedimento licitatório ser caracterizado como ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), a Comissão de Licitação não poderia se valer da questão apontada pela Representante para desclassificar sua oponente, pois, nesse caso, estaria infringindo os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, mencionados no caput do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, e contrariando o interesse público de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que o certame ficaria restrito apenas a uma concorrente.

E as cortes manifestam como clara a situação de que não deve ser exigido tamanho formalismo quando não houve alterações agravante sobre o REGISTRO DO CREA tais como;

- a) Endereço se mantém – Que prejudicaria possíveis fiscalizações do CREA;
- b) Capital social nos mesmos valores – O que impactaria no valor



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

da anuidade;

- c) **Objetivos sociais integralmente mantidos**— Que poderia restringir a execução e atuação da empresa;



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

d) CNPJ que é o registro federal da empresa inalterado.

A única alteração é a desvinculação de sócio, onde por força jurídica, deve-se alterar para EIRELI por conter somente 1 (um) sócio.

A Fase de Habilitação serve para a Administração verificar a qualificação das proponentes, a fim de certificar-se que contratará empresa idônea, com qualificação suficiente para executar futuro contrato. Para melhor compreensão da matéria, imprescindível se faz transcrever os ensinamentos do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, sanão vejamos:

"Habilitação ou qualificação do proponente é o reconhecimento dos requisitos legais para licitar, feito em regra, por comissão [...] A Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que, além da regularidade com o Fisco, demonstre possuir capacidade jurídica para o ajuste; condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidades do contrato". (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 11ª ed. Malheiros: São Paulo: 1996, p. 114)

II - DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA.

Dispõe o artigo 300 do CPC:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Diz a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA DE URGÊNCIA. MEDICAMENTOS. REQUISITOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO 1 É cediço que a tutela provisória de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. (...) **RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5120391-09.2019.8.09.0000, Rel. MARCUS DA COSTA FERREIRA, 5ª Câmara Cível, julgado em 17/05/2019, DJe de 17/05/2019)

E os tribunais têm o mesmo entendimento quando relacionado ao tema da reintegração de servidores públicos, na forma do seguinte julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SEGURANÇA APOSENTADORIA DE SERVIDORA MUNICIPAL PELO RGPS. EFEITOS NO VÍNCULO DE EMPREGO. PRECEDENTES DO STF. DESPROVIMENTO. 1. (...) 3. A tutela provisória de urgência deferida na origem condiciona-se, a teor do artigo 300 do Código de Processo Civil, à demonstração, por via de prova inequívoca, da probabilidade do direito invocado (*fumus boni iuris*), e somar-se ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) e à possibilidade de reversão dos efeitos da decisão. 4. A vedação à concessão de liminares satisfativas contra o Poder Público, contida no art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92, merece interpretação restritiva, a fazê-la circunscrita àquelas de cunho irreversível (STJ, AgInt no AREsp 794406 / RS), hipótese esta não subsumível ao caso, dada a possibilidade de retorno da servidora agravada ao status quo ante (desligamento do serviço público), acaso revogada a medida. 5. Perigo de demora milita em desfavor do agravante, porquanto a necessidade de prestação dos serviços à edilidade é presumida da circunstância da existência do cargo, seja ele ocupado pela recorrida ou por quem que seja. 6. Plausível o direito invocado pela agravada impetrante, consoante a jurisprudência do STF, firmada ao ensejo dos julgamentos da ADI 1.770/DF, rel. Min. Joaquim Barbosa, e da ADI 1.721/DF, rel. Min. Ayres Britto, que reputa "permitido ao empregado público requerer a aposentadoria voluntária no Regime Geral de Previdência Social e continuar trabalhando e, consequentemente, recebendo a respectiva remuneração. Isso porque em tais situações não há acumulação vedada pela Constituição Federal." (STF, Pleno, Rcl 9762 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 16/05/2013, DJe-102, divulgado em 29-05-2013, publicado em 31-05-2013). 7. Agravo conhecido e desprovido. (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5151772-69.2018.8.09.0000, Rel. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, 3ª Câmara Cível, julgado em 28/08/2018, DJe de 28/08/2018)

Por esta razão, dada a situação do Autor, está evidenciada a urgência, uma vez que tem tido prejuízos irreparáveis em decorrência da desclassificação no certame.

Ressaltamos que, na data do protocolo desta Inicial, a empresa classificada como vencedora ainda não foi contratada, o que configura a possibilidade da concessão da medida cautelar ora arguida.

Conforme o entendimento do Poder Judiciário, não está presente a irreversibilidade da concessão da tutela de urgência, dada a possibilidade de retorno do Autor ao status quo ante (desclassificação), acaso revogada a medida.

A prova apresentada é inequívoca e incontroversa, conforme



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

documentação trazida a lume com a presente inicial, estando esta, portanto, devidamente instruída, permitindo a *concessão da medida de urgência vindicada, para suspender os efeitos do ato impugnado, tornando a impetrante vencedora do certame.*

Ante o exposto, requer seja concedido decisão em caráter de urgência, determinando a suspensão da decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo 112.00024621/2018-86, até julgamento da presente lide.

III - DOS PEDIDOS.

Por todo o exposto, requer que este douto juízo se digne:

A concessão da tutela de urgência, visando suspensão dos efeitos da decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

Seja ao final julgada procedente a presente ação para:

I - Julgar nula a Decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

A identificação da pessoa jurídica interessada, qual seja, o DISTRITO FEDERAL, representada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), sito à SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, DF, 70620-000., para que, querendo, ingresse no feito;

Proceder à oitiva do Ministério Público, para, querendo e entendendo ser de interesse público, oferecer parecer no prazo legal;

Requer, ainda, que nos termos do § 5º do artigo 272 do Novo Código de Processo Civil, as comunicações dos atos processuais sejam feitas com expressa indicação em nome dos advogados Leonardo Felipe Marques de Souza, inscrito na OAB/GO sob o nº 30.693, Ana Carolina Araújo Brito, inscrita na OAB/GO sob o nº 53.097 e Sandra Mara Ferrelra de Almeida Martins, inscrita na OAB/GO sob o nº 42.809, sob pena de nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.430.280,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil e duzentos e oitenta reais).

Por tudo, o deferimento.

Goiânia, 26 de maio de 2019.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Leonardo Felipe Marques de Souza
OAB/GO n. 30.693

Ana Carolina Araújo Brito
OAB/GO n. 53.097

Sandra Mara Ferreira de Almeida Martins
OAB/GO n. 42.809



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**AO JUÍZO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS.**

AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, Inscrição Municipal n. 251.467-2, com sede no endereço Rua T-45, n. 80, 2. Andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) com n. 07.819.027/0001-50, neste ato representado por **PAULO CESAR ERNESTO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) com n. 232.810.141-00, e portador da C/RG com n. 1140484 (DGPC/GO), residente e domiciliado à Rua T-28, n. 397, apto 404, Setor Bueno, Goiânia/GO, por seu advogado regularmente constituído, com escritório profissional sito na Avenida T-4, n. 619, sala 808/809, Setor Bueno, CEP 74230-035, Goiânia-GO, onde recebe as intimações de praxe, vem, com o costumeiro respeito, com fundamento no art. 5º, LXIX da Constituição Federal, art. 26, III, Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 (Lei da Organização Judiciária do Distrito Federal) e na Lei nº 12.016, de 07 de agosto de 2009, Impetrar

MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA

contra ato do Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, podendo ser encontrado no Setor de Áreas Públicas - Lote B - CEP 71.215-000 Telefone. 3403-2300, com base nos fatos e fundamentos a seguir demonstrados



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

I - DOS FATOS E DA ADEQUAÇÃO LEGAL

1. Da autoridade e do ato coator.

O presente Mandado de Segurança se origina para atacar ato do Pregoeiro do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, responsável pelo ato de desclassificação da Impetrante.

A autoridade coatora é o Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, nos termos de entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

Mandado de Segurança. Licitação. Fase de habilitação. Encerramento. Ilegitimidade. Perda do objeto. 1 - O mandado de segurança, que discute inabilitação da agravada, deve ter como autoridade coatora quem compete a homologação do resultado e adjudicação ao licitante vencedor, e não o pregoeiro, cujas atribuições cessam com o encerramento do certame. (...) (Acórdão n.963567, 20160020212015AGI, Relator: JAIR SOARES 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 31/08/2016, Publicado no DJE: 06/09/2016. Pág.: 329/352)

Ato coator: Decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

Resta demonstrada, assim, a autoridade coatora nos termos do art. 6º da Lei n. 12.016/2009.

Ainda nos termos do art. 6º, da Lei n. 12.016/2009, a pessoa jurídica a qual integra a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP é o DISTRITO FEDERAL, representada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), sito à SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, DF, 70620-000.

2. Da ausência de resolução de demandas repetitivas.

À luz do que dispõe o art. 976 do Código de Processo Civil, vale afirmar a este juízo que o caso em tela não se trata de uma demanda repetitiva, nem configura um risco de ofensa à isonomia e nem à segurança jurídica.

3. Da competência.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

A competência para julgar o presente caso é da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, conforme apregoa a Lei da Organização Judiciária do Distrito Federal, visto que a autoridade coatora é Diretor Presidente de entidade descentralizada.

Diz a referida Lei:

Art. 26. Compete ao Juiz da Vara da Fazenda Pública processar e julgar:

(...)

III – os mandados de segurança contra atos da autoridade do Governo do Distrito Federal e de sua administração descentralizada.,

4. Do cabimento e da tempestividade.

Nos termos do art. 5º, LXIX, a Constituição Federal assegura ao cidadão que sofra lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo em virtude de ilegalidade ou abuso de poder por ato ou omissão de autoridade pública a via jurisdicional do mandado de segurança, direito público e subjetivo de levar ao judiciário o justo reclame pela restauração da legalidade na administração do interesse público.

A Lei n. 12.016/2009 diz em seu art. 23:

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Conforme demonstra a documentação anexada aos presentes autos, a decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, foi publicada no dia 24 de maio de 2019, estando, portanto, dentro do prazo previsto para o ajuizamento do presente Mandado de Segurança.

O termo inicial do prazo de decadência para impetração de mandado de segurança contra atos referentes a procedimentos licitatórios é a data da publicação do respectivo ato no Diário Oficial:

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ATO COATOR - TERMO INICIAL - REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO IMPUGNADO - DECADÊNCIA.
Nos termos do art. 23 da Lei 12.016/09, resta configurada a decadência quando decorridos mais de 120 (cento e



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

vinte) dias entre a data da republicação do edital impugnado e a impetração do mandado de segurança. (Acórdão n.393843, 20070111509399APC, Relator: SÉRGIO BITTENCOURT, Revisor: FERNANDO HABIBE, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 11/11/2009, Publicado no DJE: 27/11/2009. Pág.: 286)

Ainda, a presente demanda não é atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público (art. 1º, §2º da Lei n. 12.016/09), e não se trata de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução, de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial transitada em julgado, nos termos do art. 5º da referida Lei.

5. Da descrição do ato coator e dos fundamentos jurídicos.

O presente Mandado de Segurança busca restaurar a ordem jurídica, contra fato indigitado como ilegal praticado pelo Pregoeiro do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

Diz o referido ato ora impugnado:

Isto posto, O Pregoeiro e Equipe de Apoio, decidiram considerar desclassificado a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, para considerar a 3ª empresa arrematante - RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA - ME, fazendo este procedimento no sítio do Banco do Brasil — "Licitações-e", após o conhecimento da ASCAL/PRES.

O referido pregão refere-se a Registro de Preços objetivando a eventual contratação de empresa especializada para desenvolver estudos, apresentando o Relatório de Investigação de Passivo Ambiental (RIPA) - Etapa detalhada e Análise de Risco (à Saúde humana), conforme a Instrução normativa IBRAM n2 213/2013, a Série de Normas ABNT-NBR 15.515 — 3, a Resolução CONAMA n2 420/2009 e a Decisão de Diretoria CETESB/SP n. 038/2017/C, de 07 de fevereiro de 2017, bem como outras normativas, conforme descrições, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus Anexos (Anexo 1 do Edital).

Em 09 de maio de 2019, a impetrante AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA — EIRELI foi considerada arrematante do referido certame.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Verificada a aceitabilidade da documentação e proposta de preços da Impetrante, o Pregoeiro declarou a Autora como vencedora do certame, com o valor total de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

Declarada a vencedora, abriu-se o prazo de Recurso Administrativo, na forma prevista no Instrumento Convocatório.

A empresa INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL apresentou Recurso Administrativo contra a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que declarou a Impetrante como vencedora do certame.

O recurso administrativo pretendeu que fosse reformulada a decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio que declarou vencedora do certame a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI.

Após análise do Recurso Administrativo, o Pregoeiro e Equipe de Apoio decidiram pelo provimento do mesmo, apresentado pela INSTITUTO GEMOLÓGICO DO BRASIL, por entender que a Impetrante deixou de atender o Item 7.2.1 — Inciso VII do Edital (apresentou a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica — CREA, sem validade, uma vez que a empresa AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, promoveu Alteração Contratual modificando o formato jurídico da empresa de Sociedade Empresária (LTDA) para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), sem que a alteração fosse devidamente averbada no CREA/GO).

Isto posto, O Pregoeiro e Equipe de Apoio, decidiram considerar desclassificado a AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI, para considerar a empresa RAIZ CONSULTORIA HIDRICA E AMBIENTAL LTDA — ME como declarada vencedora, fazendo este procedimento no site do Banco do Brasil — "Licitações-e", após o conhecimento da ASCAL/PRES.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firmado que a exigência de Certificado de quitação da empresa e do responsável técnico emitido por entidade de fiscalização configuram restrição ao caráter competitivo do certame licitatório (TC-034.489/2015-0).

Caracterizado como violação ao caráter competitivo do certame, não existe justificar a manter a presença de cláusulas restritivas à participação da Autora, na forma do item 7.2.1, VII, do Edital ora discutido.

A exigência de apresentação da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica — CREA, em plena validade, onde conste como Responsáveis Técnicos um Engenheiro Ambiental e um Geólogo, exigiria, implicitamente, que a empresa possuísse o profissional em seus quadros permanentes, pois impõe a contratação dos profissionais antes mesmo da realização da licitação (Tribunal de Contas da União - Acórdão 2.299/2011 — Plenário).

Nas palavras do Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, relator do procedimento acima citado, tal exigência, que inibiria a participação de possíveis



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

interessados, não se coadunaria com a jurisprudência daquele Tribunal. Ainda de acordo com o relator, 'o interesse é que o engenheiro esteja disponível para desempenhar seus serviços, de modo permanente, durante a execução do contrato'.

De tamanha é a importância deste entendimento, que as cortes de contas tem atribuído à esta exigência uma natureza de ônus desnecessário às licitantes e restrição injustificada à competitividade do certame (Acórdãos nos 2028/2006-TCU-1ª Câmara e 874/2007-TCU-Plenário).

No que diz respeito a exigência de comprovação de adimplência junto ao conselho de fiscalização profissional, o entendimento do Tribunal de Contas da União é o de que é ilegal essa exigência.

Em primeiro lugar, na medida em que não há previsão na Lei 8.666/1993 para tal imposição, mas tão somente para o registro ou inscrição no conselho profissional.

O Edital de Licitação informa na página 03 que o referido certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelos Decretos Federais nºs. 5.450/2005 e 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pelos Decretos do Distrito Federal nº 23.460, de 16 de dezembro de 2002, publicado no DODF nº 242, de 17 de dezembro de 2002, 26.851/2006, nº 27.069/2006 e suas alterações e Decreto nº 39.103 de 06 de Junho de 2018, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016.

Cumprе ressaltar que nenhuma destas normas faz referência à referida exigência.

Tampouco o Regulamento de Licitações e Contratos da Novacap se refere a esta exigência.

Em segundo lugar, na medida em que a finalidade da determinação legal de exigir o registro ou inscrição no conselho profissional é garantir que se contrate somente empresas ou profissionais aptos a executar o objeto licitado, e o pagamento das contribuições junto às entidades profissionais, não interfere na aptidão da futura contratada, sendo irrelevante para a Administração estar ou não a sociedade empresária ou seus profissionais quites com o respectivo conselho de classe.

Nesse sentido, demonstramos as decisões do Tribunal de Contas da União:

Decisão 1.025/2001 – Plenário: determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que deixe de incluir, nos atos convocatórios da licitação, cláusulas restritivas ao caráter competitivo dos certames, a exemplo da exigência de quitação perante a entidade profissional competente, atendo-se apenas à documentação indicada



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

nos arts. 28, 29, 30 e 31 da Lei 8.666/93;

Acórdão 1.708/2003 – Plenário: determinar à Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) (...) suprimir a exigência de cópia da quitação da última anuidade junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea), prevista no item 4.1.4, alínea 'a', do edital, a qual se encontra em desacordo com o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93;

Acórdão 1.314/2005 – Plenário: determinar à Superintendência Regional da Receita Federal - 7ª Região Fiscal que (...) deixe de incluir, nos atos convocatórios de futuras licitações, cláusulas que exijam a comprovação de quitação de anuidade junto ao Crea, ante o disposto no art. 30, I, da Lei 8.666/93.

E tal característica de violação ao princípio da competitividade é tão nítida que, de acordo com o que se extrai da ata da sessão de julgamento do referido Pregão, a vencedora foi declarada vencedora com a proposta no valor de R\$ 1.115.000,00, valor R\$ 15.000,00 acima da proposta da Autora.

A circunstância de o certame - ao final - contar com proposta acima do valor vencedor, demonstra que a presunção de restrição, fruto das exigências acima referenciadas, efetivamente se materializou, caracterizando que o certame licitatório não produziu qualquer vantagem para a Administração.

E este é o mesmo entendimento da Controladora-Geral do Governo do Distrito Federal, evidenciando a restrição à competitividade do certame ferindo os princípios da vantagem e da isonomia da licitação pública, nos termos do RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 15/2014 – DIROH/CONIE/CONT/STC, página 34:

163. A exigência de que os profissionais devam pertencer, previamente ao certame, aos quadros da licitante é indevida e padece de amparo legal, pois frustra a competitividade por obrigar as licitantes a manter em seus quadros profissionais renomados apenas com a finalidade de participar do processo licitatório. Assim, não é correto exigir a comprovação de vínculo permanente, ou que os profissionais figurem, obrigatoriamente, na "Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica", visto que, somente são listados na referida certidão os profissionais que mantêm vínculo permanente com a empresa, sócios



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

ou empregados, a época da emissão da certidão. Ou seja, está se exigindo que os detentores dos atestados pertençam aos quadros das licitantes previamente a licitação.

164. Essa exigência vai de encontro à jurisprudência das cortes de contas, que entendem ser possível a apresentação de contrato de prestação de serviços no qual um profissional com a capacidade técnica necessária se compromete a executar o serviço pela licitante caso esse seja vencedora do certame. Nesse sentido, Decisão no 4.074/2009, TCDF

item II 2.c, in verbis:

[...]

II – Determinar à Secretária de Estado de Transportes que, observando a regra insculpida no art. 21, § 4º, da Lei no 8.666/1993, promova as seguintes modificações no Edital de Concorrência no 01/2009 – ST/DF e encaminhe cópia desse instrumento a esta Corte, com as alterações efetuadas:

[...]

c) reescrever o subitem 10.4.4 do edital de forma a permitir a comprovação do vínculo dos profissionais de nível superior também por contrato de prestação de serviços, típico da legislação civil, não restringido ao quadro permanente da empresa;

Cita-se ainda no âmbito do processo 41.364/09 TCDF em outro voto a presidente da Corte de Contas, Anilcéia Machado, decidiu em caráter liminar:

b) reformule a redação dos seguintes subitens 3.4.3.1, 3.4.3.2, 3.4.3.3. e Anexo I do edital de forma que:

[...]

b.2) a comprovação de vínculo dos responsáveis técnicos, também, possa ocorrer por outras formas, não ficando restrita, somente, aos que mantêm vínculo empregatício ou de sociedade com a licitante vencedora, a exemplo do expresso na Decisão nº 4.074/09;

[...]



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

**Dos argumentos do recurso administrativo
apresentado pela Impetrante junto à NOVACAP.**

No caso concreto, a Certidão do CREA se destina a comprovar a qualificação técnica, ao que se acresce que todos os demais requisitos exigidos pelo edital foram cumpridos pela Impetrante, revelando-se, não só destituído de razoabilidade, como também, contrário ao princípio e à finalidade da licitação, a alegação de irregularidade neste quesito, repetimos, no caso *in concreto*, devido a complexidade do referido objeto.

Nesse ponto em específico, deve-se registrar que o art. 3º, § 1º, inciso I da Lei nº 8.666/93 estabelece que é vedado aos agentes públicos admitir condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e/ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato. E, é óbvio, que o registro da razão social de uma empresa em nada repercute para execução de eventual contrato.

Observa-se que na prática, os órgãos de controle, seja do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário vem corroborando a orientação doutrinária no sentido de sustentar que os princípios norteadores da Lei de Licitações e esculpidos no art. 3º de referida norma, devem ser interpretados de forma harmônica, à luz do princípio da razoabilidade visando o atendimento do objetivo da licitação e, conseqüentemente, do interesse público, senão vejamos:

Acórdão n.º 351/2010-Plenário, TC-029.112/2009-9, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010
Princípio da vinculação ao instrumento convocatório x princípio do formalismo moderado
Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Concorrência Internacional n.º 004/2009, promovida pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) com vistas à contratação de serviços de fornecimento de oito Veículos Leves Sobre Trilhos – VLTs, para a Superintendência de Trens Urbanos de Maceió. Após terem sido considerados habilitados os dois participantes do certame (um consórcio e uma empresa), o consórcio interpôs recurso, por entender que a empresa teria descumprido a exigência editalícia quanto ao registro ou inscrição na entidade profissional competente, ao apresentar “Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica”, emitida pelo CREA/CE, inválida, “pois continha informações desatualizadas da licitante, no que concerne ao capital e ao objeto social”. Após examinar as contramemoções da empresa, a comissão de licitação da CBTU decidiu manter a sua habilitação, sob o fundamento



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

de que a certidão do CREA "não tem o fito de comprovação de capital social ou do objeto da empresa licitante, o que é realizado mediante a apresentação do contrato social devidamente registrado na Junta Comercial". Para o representante (consórcio), o procedimento adotado teria violado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois a comissão de licitação habilitara proponente que "apresentou documento técnico em desacordo com as normas reguladoras da profissão, sendo, portanto, inválido, não tendo o condão de produzir qualquer efeito no mundo jurídico". Cotejando o teor da certidão emitida pelo CREA/CE em favor da empresa habilitada, expedida em 05/03/2009, com as informações que constavam na "18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social" da aludida empresa, datada de 30/07/2009, constatou o relator que, de fato, "há divergências nos dados referentes ao capital social e ao objeto". No que tange ao capital social, "houve alteração de R\$ 4.644.000,00 para R\$ 9.000.000,00", e no tocante ao objeto, "foi acrescentada a fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como a sua manutenção, assistência técnica e operação".

É evidente que, embora tais modificações não tenham sido objeto de nova certidão, seria de rigor excessivo desconsiderar o efetivo registro da empresa no CREA, entidade profissional competente, nos termos exigidos no edital e no art. 30, I, da Lei n. 8.666/93.

E não poderia ser outro o entendimento, na medida em que tais modificações "evidenciam apenas alteração com a saída de um sócio e a necessária readequação da forma societária. Neste sentido, Acórdão n.º 352/2010- Plenário, TC-029.610/2009-1, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 03.03.2010.

Os mais recentes julgados da Corte de Contas Federal, tem se posicionado reiteradamente que a modalidade pregão do tipo eletrônico visa a melhor proposta e desliga-se do formalismo e rigores comuns as modalidades tradicionais da Lei n. 8.666/93 como busca de prestigiar outros princípios, no caso concreto, o da verdade material.

Nas palavras da Prof. Odete Medauar:

"O princípio do formalismo moderado consiste, em primeiro lugar, na previsão de rito e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito aos direitos dos sujeitos, o contraditório e a ampla defesa. Em segundo lugar, se traduz na exigência



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

de interpretação flexível e razoável quanto a formas, para evitar que estas sejam vistas como um fim em si mesmas, desligadas das verdadeiras finalidades do processo" (in Direito Administrativo Moderno. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 203).

Nesta linha, o Tribunal de Contas da União:

TC-029.610/2009-1 Natureza: Representação Entidade:
Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.
Representante: Consórcio Trends – CMC.

**SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO ACERCA DE POSSÍVEIS
IRREGULARIDADES EM CERTAME CONDUZIDO PELA
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS.
CONTRATAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE
VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS – VLTS.
INSUBSISTÊNCIA DAS FALHAS APONTADAS.
IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS**

"4. ANÁLISE DO PEDIDO

4.1 Conforme estabelece o art. 276 do Regimento Interno/TCU, o Relator poderá, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao Erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando a suspensão do procedimento impugnado, até que o Tribunal julgue o mérito da questão. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

4.2 Consoante apontado pela Representante, comparando-se o teor da certidão do Crea/CE para a empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda. (fl. 33), expedida em 05/03/2009, com as informações que constam na 18ª Alteração e Consolidação de Contrato Social da aludida empresa, datada de 30/07/2009 (fls. 64/69), verifica-se que, efetivamente, há divergências nos dados referentes ao capital social e objeto.

4.3 Em relação ao capital social, a certidão do Crea/CE registra o valor de R\$ 4.644.000,00, enquanto no Contrato Social da Bom Tempo o valor desse mesmo item subiu para R\$ 9.000.000,00, em razão da alteração verificada posteriormente.



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

4.4 No tocante ao segundo ponto, também há diferenças, principalmente porque, no Contrato Social da supramencionada empresa, foi acrescentado, no campo referente ao objeto, o seguinte trecho: 'fabricação de veículos ferroviários ou sobre pneus para transporte de passageiros ou cargas, bem como, sua manutenção, assistência técnica e também a sua operação'.

4.5 Consideramos, contudo, que esse fato não poderia ensejar a desclassificação da empresa Bom Sinal Indústria e Comércio Ltda., visto que, em relação à questão suscitada pela Representante, o edital da Concorrência Internacional n. 004/2009-Delic-AC/CBTU (fls. 202/226) limitou-se a exigir dos interessados, no seu subitem 6.4.1, o registro ou inscrição na entidade profissional competente, conforme prevê o disposto no art. 30, inciso I, da Lei n. 8.666/1993.

4.6 Ocorre que, não obstante a observação contida na certidão do Crea/CE apresentada pela Bom Sinal, quanto à perda de sua validade caso ocorresse qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, tal documento deixa patente o registro da licitante na entidade profissional competente, conforme exigência prevista no edital e na Lei n. 8.666/1993.

4.7 Assim, apesar do procedimento licitatório ser caracterizado como ato administrativo formal (art. 4º, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993), a Comissão de Licitação não poderia se valer da questão apontada pela Representante para desclassificar sua oponente, pois, nesse caso, estaria infringindo os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, mencionados no caput do art. 2º da Lei n. 9.784/1999, e contrariando o interesse público de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que o certame ficaria restrito apenas a uma concorrente.

E as cortes manifestam como clara a situação de que não deve ser exigido tamanho formalismo quando não houve alterações agravante sobre o REGISTRO DO CREA tais como;

- a) Endereço se mantém – Que prejudicaria possíveis fiscalizações do CREA;
- b) Capital social nos mesmos valores – O que impactaria no valor



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

da anuidade;

- c) **Objetivos sociais integralmente mantidos**– Que poderia restringir a execução e atuação da empresa;



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

d) CNPJ que é o registro federal da empresa inalterado.

A única alteração é a desvinculação de sócio, onde por força jurídica, deve-se alterar para EIRELI por conter somente 1 (um) sócio.

A Fase de Habilitação serve para a Administração verificar a qualificação das proponentes, a fim de certificar-se que contratará empresa idônea, com qualificação suficiente para executar futuro contrato. Para melhor compreensão da matéria, imprescindível se faz transcrever os ensinamentos do saudoso Prof. Hely Lopes Meirelles, senão vejamos:

"Habilitação ou qualificação do proponente é o reconhecimento dos requisitos legais para licitar, feito em regra, por comissão [...] A Administração só pode contratar com quem tenha qualificação para licitar, ou seja, o interessado que, além da regularidade com o Fisco, demonstre possuir capacidade jurídica para o ajuste; condições técnicas para executar o objeto da licitação; idoneidade financeira para assumir e cumprir os encargos e responsabilidades do contrato". (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 11ª ed. Malheiros: São Paulo: 1996, p. 114)

II - DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA.

Dispõe o artigo 300 do CPC:

Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Diz a jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA DE URGÊNCIA. MEDICAMENTOS. REQUISITOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. 1. É cediço que a tutela provisória de urgência de natureza antecipada será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. (...) RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5120391-09.2019.8.09.0000, Rel. MARCUS DA COSTA FERREIRA, 5ª Câmara Cível, julgado em 17/05/2019, DJe de 17/05/2019)

E os tribunais têm o mesmo entendimento quando relacionado ao tema da reintegração de servidores públicos, na forma do seguinte julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SEGURANÇA. APOSENTADORIA DE SERVIDORA MUNICIPAL PELO RGPS. EFEITOS NO VÍNCULO DE EMPREGO. PRECEDENTES DO STF. DESPROVIMENTO. 1. (...) 3. A tutela provisória de urgência deferida na origem condiciona-se, a teor do artigo 300 do Código de Processo Civil, à demonstração, por via de prova inequívoca, da probabilidade do direito invocado (*fumus boni iuris*), a somar-se ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (*periculum in mora*) e à possibilidade de reversão dos efeitos da decisão. 4. A vedação à concessão de liminares satisfativas contra o Poder Público, contida no art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92, merece interpretação restritiva, a fazê-la circunscrita àquelas de cunho irreversível (STJ, AgInt no AREsp 794406 / RS), hipótese esta não subsumível ao caso, dada a possibilidade de retorno da servidora agravada ao status quo ante (desligamento do serviço público), acaso revogada a medida. 5. Perigo de demora milita em desfavor do agravante, porquanto a necessidade da prestação dos serviços à edilidade é presumida da circunstância da existência do cargo, seja ele ocupado pela recorrida ou por quem que seja. 6. Plausível o direito invocado pela agravada impetrante, consoante a jurisprudência do STF, firmada ao ensejo dos julgamentos da ADI 1.770/DF, rel. Min. Joaquim Barbosa, e da ADI 1.721/DF, rel. Min. Ayres Britto, que reputa permitido ao empregado público requerer a aposentadoria voluntária no Regime Geral de Previdência Social e continuar trabalhando e, conseqüentemente, recebendo a respectiva remuneração. Isso porque em tais situações não há acumulação vedada pela Constituição Federal? (STF, Pleno, Rel 9762 AgR, rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 16/05/2013, DJe-102, divulgado em 29-05-2013, publicado em 31-05-2013). 7. Agravo conhecido e desprovido. (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5151772-69.2018.8.09.0000, Rel. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, 3ª Câmara Cível, julgado em 28/08/2018, DJe de 28/08/2018)

Por esta razão, dada a situação do Autor, está evidenciada a urgência, uma vez que tem tido prejuízos irreparáveis em decorrência da desclassificação no certame

Ressaltamos que, na data do protocolo desta inicial, a empresa classificada como vencedora ainda não foi contratada, o que configura a possibilidade da concessão da medida cautelar ora arguida.

Conforme o entendimento do Poder Judiciário, não está presente a irreversibilidade da concessão da tutela de urgência, dada a possibilidade de retorno do Autor ao status quo ante (desclassificação), acaso revogada a medida

A prova apresentada é inequívoca e incontroversa, conforme



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

documentação trazida a lume com a presente inicial, estando esta, portanto, devidamente instruída, permitindo a concessão da medida de urgência vindicada, para suspender os efeitos do ato impugnado, tornando a impetrante vencedora do certame.

Ante o exposto, requer seja concedido decisão em caráter de urgência, determinando a suspensão da decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86, até julgamento da presente lide

III - DOS PEDIDOS.

Por todo o exposto, requer que este douto juízo se digne:

A concessão da tutela de urgência, visando suspensão dos efeitos da decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

Seja, de pronto, citada a autoridade coatora impetrada para, nos termos do Código de Processo Civil, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão;

Seja ao final julgada procedente a presente ação para:

I - Julgar nula a Decisão de desclassificação da Impetrante (AMBIENTAL TECNOL CONSULTORIA EIRELI), por ter desatendido o item 7.2.1, VII, do edital de licitação para pregão eletrônico Nº 017/2019-DA - Processo: 112.00024621/2018-86.

A identificação da pessoa jurídica interessada, qual seja, o DISTRITO FEDERAL, representada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF), sito à SAM, Bloco I, Ed. Sede - Asa Norte, DF, 70620-000., para que, querendo, ingresse no feito;

Proceder à oitiva do Ministério Público, para, querendo e entendendo ser de interesse público, oferecer parecer no prazo legal;

Requer, ainda, que nos termos do § 5º do artigo 272 do Novo Código de Processo Civil, as comunicações dos atos processuais sejam feitas com expressa indicação em nome dos advogados Leonardo Felipe Marques de Souza, inscrito na OAB/GO sob o nº 30.693, Ana Carolina Araújo Brito, inscrita na OAB/GO sob o nº 53.097 e Sandra Mara Ferreira de Almeida Martins, inscrita na OAB/GO sob o nº 42.809, sob pena de nulidade.

Dá-se a causa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).



MARQUES DE SOUZA
SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Por tudo, o deferimento

Goiânia, 26 de maio de 2019.

Leonardo Felipe Marques de Souza
OAB/GO n. 30.693

Ana Carolina Araújo Brito
OAB/GO n. 53.097

Sandra Mara Ferreira de Almeida Martins
OAB/GO n. 42.809